EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

FLAVIA NERI ROSA

RESUMO

O assunto a ser abordado neste estudo sobre a Educação Ambiental na Primeira Infância, Cuidar de Si para Cuidar do Outro, apresenta um histórico sobre a criança e a educação infantil no Brasil, considerando mudanças no comportamento da sociedade, tem como objetivo apresentar um novo olhar sobre o cuidado com o meio ambiente, que busca na primeira infância o fator principal de mudanças de comportamentos. Na educação ao se basear nas leis atuais visa que a criança pequena ao aprender cuidar de si mesma (seu próprio corpo) por consequência amplie esse cuidado ao mundo que a cerca. Cresça mais atenta à produção dos alimentos que compõe sua mesa, ao desperdício dos mesmos, a utilização racional da água e assim como sua preservação. A alimentação de qualidade gera cuidados com a natureza traz para seu cotidiano ações como a reciclagem, coleta seletiva entre outros que fazem parte da educação ambiental. O resultado da pesquisa as literaturas especializadas sobre o tema, mostra caminhos que possibilitam que a consciência ambiental cresça juntamente com as crianças fazendo parte de uma nova realidade.

Palavras-chave: Autocuidado; Primeira Infância; Educação Ambiental; Consciência Ambiental.

INTRODUÇÃO

Segundo estudos a Terra tem apenas cinco bilhões de anos e ao incluir o surgimento do homem, as fases de sua evolução neste mundo, sendo elas a aprendizagem de utilização de instrumentos, a descoberta do fogo, na habitação, a caça, o cultivo de cereais, o vestuário, a vida em comunidade e a industrialização que desencadeou a destruição gradativa do planeta com exploração desordenada.

Atualmente a sociedade está voltada para a sustentabilidade e à educação ambiental. O grande desafio dessa conscientização é a internalização da responsabilidade individual, que exige a saída do macro (o todo – população) para trabalhar o micro (individual – ser humano), sendo assim nada melhor que iniciar o trabalho na primeira infância, além de alertar as crianças para a responsabilidade ambiental de cada um, permitem a construção de uma consciência de preservação ambiental em toda a comunidade, favorecendo a mudança de atitude frente às questões ambientais, sobre tudo criando conceitos de práticas eficientes para viabilizar a construção de uma sociedade sustentável e que esteja voltada para o desenvolvimento de valores de preservação, racionalidade e respeito ao próximo e a todos os seres vivos e ao meio ambiente.

No decorrer dos séculos as crianças e a educação infantil percorreram uma longa trajetória até os dias atuais em que ocupam um espaço privilegiado, sendo consideradas a sementes da mudança. O conjunto de informações e mudanças de comportamento social ocasiona o estudo sobre a importância do cuidar de si na primeira infância, para que posteriormente esse cuidado possa se expandir ao próximo e consequentemente ao ambiente que a circunda. Crianças orientadas adequadamente crescerão em uma nova cultura de sustentabilidade e prevenção. Qual o melhor caminho para esta ação, senão começar pelas crianças que irão compor as gerações futuras?

Há uma razão a mais para esse estudo, evidenciar a evolução da educação direcionada as crianças pequenas e a valorização da sua existência na sociedade, sendo assim o binômio Cuidar e Educar se faz presente na formação da criança cidadã.

Em meio a tanta degradação a oficialização da Educação Ambiental nas escolas traz esperança de melhora à vida na Terra.

HISTÓRICO DA CRIANÇA E DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A análise da história da infância no Brasil mostra que o direito à educação desde o nascimento da criança (BRASIL, 1988) e o reconhecimento da educação infantil como parte da educação básica (BRASIL, 1996) representam uma conquista decorrente de um longo processo de transformações sociais em seus aspectos históricos, políticos e pedagógicos.

Embora o discurso presente nos documentos legais reconheça que o atendimento à criança em instituições deva estar pautado no binômio Cuidar - Educar, as diferentes maneiras de cuidar e ensinar no atendimento a criança pequena foi influenciado e delineado pela concepção de criança relatada em cada momento histórico.

A visão que se tem da criança é algo historicamente construído, percebe se os grandes contrastes em relação ao sentimento de infância no decorrer dos tempos.

Há séculos atrás a criança pequena era tratada com indiferença, desrespeito as suas características especificas e eram vistas como a de um adulto em miniatura.

Segundo Aires, 1978, até o século XVII a sociedade não construía vínculos com as crianças, devido índice elevado de mortalidade infantil. Muitas não ultrapassavam a primeira infância. Sua perda era encarada com naturalidade, porque de contra partida, o número de natalidade também era elevado ocasionando uma espécie de substituição das crianças mortas. .

Para Kramer, 1992 são atribuídas duas causas para o alarmante indicie de mortalidade infantil.

Uma delas dizia respeito aos nascimentos ilegítimos, fruto da união entre escravos ou deste com senhores. A segunda se referia a falta de educação física, moral e intelectual das mães ou mais concretamente, sua negligência na medida em que permitiam o aleitamento mercenário (escravas de aluguel). (Kramer 1992, p 49)

Ao se tratar de atendimento a criança a roda dos expostos, ou roda dos excluídos é considerada a instituição brasileira mais antiga no Brasil. Receberá esse nome por se tratar de um mecanismo, em forma de tambor ou portinhola giratória, embutido numa parede, era construída de tal forma que aquele que expunha a criança não era visto por aquele que a recebia.

Por muito tempo a roda dos expostos foi à única instituição a dar assistência a crianças abandonadas no Brasil era vista como instrumento humanizador representada pela prática institucionalizada.

As crianças lá abandonadas ficavam aos cuidados da instituição de caridade ou das casas de misericórdia, que as criavam na fé cristã, com piedade e caridade, oferecendo-lhes o batismo.

Esse atendimento à criança pequena, fundado na fé, piedade e caridade, é denominado caritativo. O atendimento oferecido pela roda não tinha um caráter de ensino e aprendizado, pois apenas acolhia dos abandonados.

Nestas instituições, com caráter extremamente religioso, as crianças não tinham uma proposta formal de instrução, embora tivessem atividades de canto, memorização de rezas, passagens bíblicas e exercícios de escrita e leitura, incluindo bons hábitos de comportamento, regras morais e valores religiosos.

A Província passou a ser incumbida de subsidiar as rodas, o que inaugura a fase filantrópica, ou seja, há a transferência de recursos públicos (da província ou de particulares) para instituições, geralmente privadas, para manter essas rodas e/ou criadeiras.

Segundo Kuhlmann Jr, "filantropia representaria a organização racional da assistência, em substituição à caridade, prática dominada pela emoção, por sentimento de simpatia e piedade". (1999, p.61)

O atendimento a demanda infantil necessitada, fora do ambiente familiar, em instituições de caráter filantrópicas se deu com a organização de mulheres em espaços alternativos para atender as crianças, podendo acontecer na casa de uma delas.

Assim sendo, surgiu espaços formais para o atendimento de crianças, fora do ambiente familiar, em instituições de caráter filantrópico, que com mais controle, financiamento e intervenção do Estado, trazia a ideia de substituição da fé pela ciência como justificativa para prevenir a desordem. Para tanto, baseava-se na concepção higienista-sanitarista, focando para a limpeza do corpo e do espaço. Tinha-se como objetivo intrínseco a ordenação da pobreza e da vida social iniciada pelo processo de industrialização.

Com a Lei dos Municípios que inicia um processo de centralização das ações de assistência à criança e ao adolescente, que retira poderes da municipalidade e do poder local, oficia as Rodas nas Misericórdias e coloca-as a serviço do Estado, e exime as Câmaras das suas obrigações, que passam às Assembleias Legislativas Provinciais. Seu objetivo era liberar as municipalidades, incentivando a iniciativa particular a assumir a tarefa de criar crianças abandonadas, dentro de um novo espírito filantrópico de utilitarista.

De um modo geral, as propostas do Estado para atendimento à infância estavam baseadas no estabelecimento de convênios com entidades filantrópicas e particulares, na manutenção do atendimento indireto e na implantação de programas, afastando-se, desse modo, da criação e gerenciamento direto de instituições para o atendimento da infância e, principalmente, transferindo para a sociedade civil uma responsabilidade inquestionavelmente estatal.

No século XX, após a II Guerra Mundial (1939) um novo cenário socioeconômico foi instaurado, o que ocasiona várias mudanças.

Lançamento às mulheres no mercado de trabalho e consequentemente as afastando de casa por um período prolongado abrindo mão dos seus afazeres domésticos, a criação dos filhos, cuidado com o marido e a família.

Com a enorme demanda por trabalhadores, para que os pais e irmãos pudessem trabalhar, a criança pequena ficava sozinha em casa e então os problemas sociais apareciam: desnutrição infantil, acidentes domésticos e grande taxa de mortalidade infantil. Esta situação é um motivador para a construção de um novo sistema institucional. Assim, instituições públicas e privadas (filantrópicas) passam a compor mais ativamente o sistema de atendimento e de proteção à infância dando início à um forte atendimento de caráter assistencialista.

Nesse contexto, surgiram as primeiras creches, não públicas, com o objetivo de guardar as crianças enquanto suas mães estivessem trabalhando construindo a justificativa ideológica que o melhor lugar para a criança ficar era junto com sua mãe.

Kuhlann Jr, 1999 afirma que desde o início da institucionalização da educação para crianças pequenas no Brasil, são usados diferentes modelos pedagógicos: de um lado, as crianças da elite recebem uma educação cuja proposta de atendimento estava fundamentada nas ideias froebelianas, que seria a instituição educativa por excelência, em que as intervenções pedagógicas sobressaltavam os aspectos cognitivo, educativo e moral, e, por outro lado, a educação de crianças nascidas nas camadas populares seria semelhante a da Salles d'Asile francesa, que se baseia na assistência e não educaria para a emancipação, mas sim para à subordinação, sendo marcada pelo caráter assistencialista e fundamentada nas bases da submissão com o intuito de preparar os pobres para a sujeição da exploração social do trabalho.

Dá-se origem dois tipos de atendimento às crianças pequenas, uma de boa qualidade destinada às crianças da elite, que tinha como característica a educação, e outro que servia de custódia e de disciplina para as crianças das classes desfavorecidas.

Didonet, 2001 menciona que para atender os filhos das mulheres trabalhadoras a instituição creche que significa manjedoura, presépio vem do termo italiano "asilo nido" que significa um ninho que abriga, tem que ser gratuita ou cobrar bem pouquinho visto os baixos salários das mães, além de zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar as crianças enquanto a mães estivesse fora de casa ou trabalhando.

De acordo com a classe em que as crianças se encontram são criadas instituições com nomes e atendimento diferenciado. Para os filhos das classes médias e altas são chamadas de Jardim da infância, enquanto que para filhos dos trabalhadores denominavam se creche e pré-escola. A principal diferença entre elas era o atendimento oferecido. Embora reformadores defendessem que a educação fosse direito universa, o Estado oferecia formação diferenciada para os filhos da elite. A educação destinada às crianças pobres recebia menos atenção vista que ser pobre era ser merecedor de piedade das pessoas.

Abramovay e Kramer, 1991 mostram que nos séculos XVIII E XIX uma nova função passa a ser constituída à pré-escola, desta vez mais relacionada a educação.

As instituições de educação infantil chegavam como uma proposta moderna, entendida como sinônimo de progresso. Desse modo, Kuhlmann Junior (1999) destaca que:

A creche, para crianças de 0 a 3 anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das casas dos expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças. (KUHLMANN

JUNIOR, 1999, p. 82)

Segundo Abramovay e Kramer,

As creches que surgiam, com caráter assistencialista, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servirem como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores. Nesse sentido, a pré-escola tinha como função precípua a guarda de crianças. (1987, p. 23).

Na década de 1980, na luta para a construção de uma sociedade mais justa e com menos desigualdade, a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e o avanço científico do desenvolvimento da criança. À luta por melhor atendimento e aumento na procura por creches públicas por mães trabalhadoras, resultou na dedicação de um artigo na Constituição Federal 1988, que no seu artigo 208 inciso IV, inclui a creche no sistema de ensino colocando-a com a pré-escola, no nível denominado educação infantil e como um direito da criança e da família e um dever do Estado.

A partir dessa lei, as creches, deixaram de ser vinculadas à área de assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação. Alterando seus princípios que passa a desenvolver um trabalho educacional.

Outras legislações complementaram a Constituição Federal 1998, sendo elas. O Estatuto da Criança e do adolescente – ECA (Lei federal nº 8.069/1990), que insere as crianças no mundo dos direitos humanos; elaboração e promulgação da nova "Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional" – LDBEN (Lei Federal nº 9394/1996), que define educação infantil como a primeira etapa da Educação Básica e a municipalização dessa etapa de ensino.

A LDB também propõe a reorganização da educação, flexibiliza o funcionamento de creche e pré-escola, permitindo a adoção de diferentes formas de organização e prática pedagógica.

Explica Oliveira 2002, que a creche envolve novas concepções de espaço físico, nova organização de atividades e o repensar rotinas e, especialmente, modificar a relação educador - criança e a relação creche- família, uma ampliação sobre a concepção de criança ocorreu na década de

90. Tenta se entender a criança como um ser sócio-histórico, na qual sua aprendi-

zagem por intermédio das interações a criança e seu entorno social.

Em 1998, foi criado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), um documento que busca nortear o trabalho realizado com crianças de 0 a 6 anos de idade. Para a educação infantil ele representa grande avanço na estruturação do papel a ser desenvolvido, traz uma proposta com o binômio da integração entre o cuidar e o educar.

Segundo Kuhlmann Junior,

O Referencial Curricular Nacional terá um grande impacto. A ampla distribuição de centenas de milhares de exemplares às pessoas que trabalham com esse nível educacional mostra o poder econômico do Ministério da Educação e seus interesses políticos, muito mais voltados para futuros resultados eleitorais do que preocupados com a triste realidade das nossas crianças e instituições. Com isso, a expressão no singular – referencial – significa, de fato, a concretização de uma proposta que se torna hegemônica, como se fosse única. (2003, p.52).

Para Rocha 1999 entre a escola, a creche e pré-escola; considerando a função social de cada uma existe um diferencial

Enquanto a escola se coloca como o espaço privilegiado para o domínio dos conhecimentos básicos, as instituições de educação infantil se põem, sobretudo com fins de completar idade à educação da família. Portanto, enquanto a escola tem como sujeito o aluno, e como o objeto fundamental o ensino nas diferentes áreas, através da aula; a creche e a pré-escola têm como objeto as relações educativas travadas num espaço de convívio coletivo que tem como sujeito a criança de 0 a 6 anos de idade. (1999, p.61).

A Educação Infantil como modalidade tem requerido que seja superada a histórica dicotomia que tem considerado a creche como um local de cuidar e a pré-escola como um ambiente de cuidar e educar as crianças. Sendo assim é possível cuidar sem educar e educar sem cuidar?

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental é um processo educacional criado ao longo dos anos através de estudos de especialistas, com visão das necessidades do homem e da natureza entrelaçadas em um objetivo comum que é a manutenção da qualidade de vida de todos os seres do planeta.

Atualmente o homem tem consciência de que o planeta não formado apenas pela fauna e a flora se excluindo dele. Entende que o ser humano é uma das espécies que habita a Terra, relacionando-se com as demais espécies de variadas maneiras.

Portanto, o homem constitui o meio ambiente, fazendo parte intrínseca dele.

O planeta pertence a todos, sendo assim a natureza é patrimônio da humanidade e não propriedade de algumas pessoas. Dessa maneira todos têm direito ao ar puro, água potável e qualidade de vida.

Muitas pessoas não têm a compressão de que faz parte de um todo e que além dessa compreensão se faz necessário à consciência de que foi a ação de cada um que transformou o planeta no decorrer de vários séculos e para reverter essa situação é necessário à mudança de hábitos e atitudes de cada um visando construir a sustentabilidade da vida na Terra.

O grande desafio da educação ambiental é emanar os valores, atitudes e princípios fundamentais para a construção de sociedades sustentáveis e a cultura de paz, internalizar a responsabilidade das ações individuais para a transformação da sociedade em geral, dissemina o conhecimento sobre o ambiente com a principal função de conscientizar a humanidade sobre a preservação do meio ambiente, utilização sustentável dos recursos naturais entre outros.

Atualmente vivemos em um momento bastante propício para a educação ambiental atuar na transformação de valores nocivos que contribuem para o uso degradante dos bens comuns da humanidade. Precisa ser uma educação permanente, continuada, para todos, ao longo da vida.

CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Conforme Varine (2000, p. 62), "a natureza é um grande patrimônio da sociedade. Consequentemente, a Educação Ambiental se torna uma prática social, com a preocupação da preservação dessa sua riqueza".

O homem ataca, agredi, violenta o meio ambiente numa velocidade muito rápida em prol do crescimento da população humana, que diminui a qualidade da capacidade de sustentar a vida, não basta denunciar a destruição causada pelo homem, se faz necessário um processo educativo voltado para a preservação do ambiente.

De acordo com a Lei 9.795/99,

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (LEI 9.795, 1999, art. 1º).

Segundo Maranhão (2005),

As consequências de sua destruição atingem todas as nações e é preciso que todas assumam o compromisso de combater o problema em seus territórios. Entretanto, após séculos de agressão, uso e abuso dos recursos naturais, não vem sendo fácil convencer os indivíduos (e seus governos) de que são apenas partes de um sistema com o qual devem viver em harmonia, sob pena de sofrerem os efeitos que tornarão sua estadia no planeta cada vez mais penosa: entre eles o aquecimento global, gerado pela concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera, acompanhado por mudanças violentas nos fenômenos climáticos; a escassez de água; a desertificação que torna os solos estéreis a atividades agrícolas. (p. 7).

Educação Ambiental como disciplina

A educação ambiental tornou-se lei em 27 de abril de 1999 sob o número 9.795 – Lei da Educação Ambiental, no seu Art. 2° afirma:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

No seu art. 10, § 1o diz que "A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino". Porém, a educação é sempre mais efetiva se começada pela criança. A mente humana em formação é mais receptiva aos ensinamentos.

O artigo 255 da Constituição Federal determina que o poder Público faça a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

Não será necessária a atuação de professor específico, visto que a educação ambiental deve ser ministrada por todos os professores indistintamente, de forma natural em pequenas doses.

Na educação infantil e no início do ensino fundamental é importante enfatizar a sensibilização com a percepção, interação, o cuidado e respeito das crianças para com a natureza e cultura destacando a diversidade dessa relação.

Nos anos finais do ensino fundamental convém desenvolver o raciocínio crítico, prospectivo e interpretativo das questões socioambientais bem como a cidadania ambiental.

No ensino médio e na educação de jovens e adultos, o pensamento crítico, contextualizado e político, e a cidadania ambiental devem ser ainda mais aprofundados, podendo ser incentivada a atuação de grupos não apenas para a melhoria da qualidade de vida, mas especialmente para a busca de justiça socioambiental, frente às desigualdades sociais que expõem

grupos sociais economicamente vulneráveis em condições de risco ambiental.

A Carta da Terra (2000, princípio 14) indica que se deve "integrar na educação formal e aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável", oferecendo a todos, especialmente crianças e jovens, oportunidades educativas que possibilitem contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Para Dias a educação ambiental tem como um de seus principais objetivos contribuir.

Na busca de uma nova ética fundada no respeito à natureza, ao homem e à sua dignidade, ao futuro e na exigência de uma qualidade de vida acessível a todos, com um espírito geral de participação. (2003, p. 104).

A escola assim como a família tem a responsabilidade de participar da construção da consciência cidadã e dos valores básicos da criança, para que futuramente possua hábitos éticos, sadios e responsáveis para com a preservação do planeta e o desenvolvimento sustentável.

A escola deve ser vista como um centro de mudanças de valores, hábitos e atitudes, enquanto que o lar da criança deva ser também um exemplo.

Para Scardua 2009 esse processo da educação ambiental é “onde se aprende a lidar com o meio ambiente respeitando-o e a si próprio”. O homem compreende que meio ambiente não é somente aquilo que o cerca, mas que ele próprio faz parte; é um ser que integra e interage.

Uma das formas da criança pequena estar em contato com a sociedade inicia-se no seu contato com as regras, ela precisa e gosta das regras de convivência.

La Taille explica que as regras são os deveres, as normas a serem cumpridas. A regra diz o que deve ser feito.

Para que seja mais fácil reverter o quadro de degradação do ambiente em que se encontra nosso planeta, cabe à educação ambiental na educação infantil despertar valores voltados para o meio ambiente nas crianças pequenas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais são documentos voltados para auxiliar o trabalho do professor das instituições de educação infantil sendo um guia na elaboração de

projetos educativos. Citam em seu primeiro volume, os objetivos gerais da educação infantil, no qual a do meio ambiente está presente:

Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação. (Brasil 1998 p.63)

Assim com os Parâmetros Curriculares a Política Nacional de Educação Ambiental, concordam ao definir a educação ambiental como

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente", que é um "bem de uso comum do povo", e é "essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Brasil 1999)

Segundo Brasil, 1998 em seu primeiro volume ressalta os objetivos gerais para educação infantil:

Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração. (Brasil, 1998, v1, p.63)

Especificamente para crianças de zero a três anos, menciona os objetivos:

Experimentar e utilizar os recursos de que dispõem para a satisfação de suas necessidades essenciais, expressando seus desejos, sentimentos, vontades e desagrados, e agindo com progressiva autonomia. (Brasil, 1998, v2, p.27)

No que diz respeito a crianças de quatro a seis anos no eixo Natureza e sociedade, prevê:

Estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana. (Brasil, 1998, p.175)

Valorizar as ações de cooperação e solidariedade, desenvolver atitudes de ajuda e colaboração compartilhamento de suas vivencias, identificar, compreender respeitar regras básicas de convívio social e a diversidade, respeito às características pessoais pertinentes a gênero, etnia, peso, estatura entre outros.

Nesse universo o professor deve atuar "como mediador das relações entre as crianças e os diversos universos sociais nos quais elas interagem", possibilitando a criação de condições para que elas possam, gradativamente, desenvolver capacidades ligadas à tomada de decisões, à construção de regras, à cooperação, à solidariedade, ao diálogo, ao respeito a si mesmas e ao outro, assim como desenvolver sentimentos de justiça e ações de cuidado para consigo e para com os outros.

Com base na teoria de Piaget a construção da personalidade moral da criança, se fortalecem nas relações de cooperação e respeito mútuo, tornando se suporte para o desenvolvimento das virtudes que são necessárias para a transformação da sociedade e da sua forma de perceber, entender, compreender e lidar com o meio ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para atender as especificidades da idade de zero a seis anos novas perspectivas foram delineadas aprimorando o trabalho a ser desenvolvido com os bebês e as crianças pequenas, superando o tabu do cuidar e educar separadamente.

Os conhecimentos atuais sobre o assunto fortalecem a importância do trabalho educativo realizado nas instituições infantis.

Tais instituições visam estimular o desenvolvimento da criança, acolher suas diversidades, enquanto promove pensamento criativo e autônomo, para que a criança possa considerar suas opiniões e as dos outros, se posicionar contra a desigualdade, o preconceito, a discriminação e a injustiça, sem deixar de vivenciar sua infância, conviver com os amigos, aprender a cuidar de si e do outro, compreender suas emoções e sentimentos, ter iniciativa, buscar soluções para problemas.

O binômio cuidar e educar a criança pequena atualmente é compreendido como, atender suas necessidades físicas tais como se sentir se confortável em relação ao sono, à fome, à sede, à higiene, à dor entre outras, porém, faz com que a criança se sinta cuidada, acolhida, ter garantido sua segurança, assim como estimulada sua curiosidade e expressividade param se apropriar das formas culturais de agir, sentir e pensar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Carta da Terra. Última versão em português. Um programa da UNESCO. Maio 2000. Disponível em <boasaude.uol.com.br/lib/ShowDoc> Acesso em: 13 out. 2005.

ABRAMOVAY, Miriam; KRAMER, Sonia. O rei está nu. Um Debate Sobre as Funções da Pré-escola. In: SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia.

Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos. São Paulo: Edições Loyola, 1991. P.27-38

ARIES, Philippe. História Social da Criança e da Família. Rio de Janeiro. LTC,1978.

BRASIL, Lei Nº 6938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 6 set. 2022.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v. P175

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, v. 2, p. 27-43

DIAS, Genebaldo Freire. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 2003, p.12.

SCARDUA, Valéria Mota. "Crianças e meio ambiente: a importância da educação ambiental na educação infantil". Revista FACEVV, Vila Velha, n. 3, 2009. Disponível em: <http://www.facevv.edu.br/revista03.asp> Acesso em: 5 maio 2010, p. 2.

DIDONET, Vital. Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e

Pesquisas Educacionais. v 18, n.73. Brasília, 2001. p.11-28.

OLIVEIRA, Zilma Rams de Oliveira. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005. p.109.

KRAMER. Sonia. A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. Rio de Janeiro: Achime, 1995.

KULHMANN JR. M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediações, 2001. (1999)

MARANHÃO, Magno de Aguiar. Educação Ambiental: a única saída. Mai. 2005. Disponível em: <www.magnomaranhao.pro.br> Acesso em: 11 nov. 2006.

OLIVEIRA. Z. M. R. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA. S. M. L. O. A legislação e as políticas para a educação infantil: avanços, vazios e desvios. In: MACHADO. M. L. A. Encontros e desencontros em educação infantil. São Paulo: Cortez, 2002.

ROCHA. E. A. C. A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia. Florianópolis: UFSC, 1999.

VARINE, Hugues de. O Ecomuseu. Ciências e Letras, n. 27, p. 61-90, 2000.